

**Trabalho preparado para apresentação no VIII Congresso Latino americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino americana de Ciência Política (ALACIP).
Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 a 24 de julho de 2015.**

**A Política Externa Estadunidense para Israel no Primeiro Governo Barack Obama
(2009-2012)**

Área Temática: Instituciones políticas y conflicto interinstitucional

Karina Stange Calandrin

karinacalandrin@gmail.com

PPGRI San Tiago Dantas (UNESP – UNICAMP – PUC/SP)

Fernanda Petená Magnotta

fernanda.magnotta@gmail.com

PPGRI San Tiago Dantas (UNESP – UNICAMP – PUC/SP)

Lima

2015

Resumo: O artigo pretende analisar se houve efetivamente uma mudança nas relações interestatais dos Estados Unidos com Israel durante o primeiro mandato do governo de Barack Obama (2009 – 2012). A percepção do ponto de vista israelense é de confirmar a hipótese de que sim, houve um desengajamento norte americano em sua política externa para com Israel nos últimos anos, em comparação com a política do governo antecessor de George W. Bush. O objetivo central, dessa forma, seria uma pesquisa qualitativa e quantitativa que analise realmente as mudanças dessa relação, levando em conta dados como trocas comerciais, *foreign aid*, entre outros. A pesquisa possui caráter exploratório e se utiliza de fontes em sua maioria secundárias.

Palavras-chave: Estados Unidos, Israel, Relações.

1- INTRODUÇÃO

Quando se analisam as relações Estados Unidos - Israel é necessário reconhecer a singularidade de ambas as partes. De um lado, Israel é um Estado judeu em uma região circundada de países islâmicos. Quase setenta anos após sua fundação, Israel se tornou um país com uma tecnologia avançada e bem conhecido no mundo dos negócios. Além disso, Israel adquiriu importância devido à sua posição geoestratégica e aos inúmeros conflitos que se envolveu durante sua curta história.

Quanto aos norte-americanos, apesar do título do livro de Richard Rosecrance (*America is an Ordinary Country*), os Estados Unidos não são um país comum (LIEBER, 1998). Isto é observado não só em termos de suas origens e as aspirações dos seus fundadores como uma fuga da decadência europeia, mas este mesmo sentimento de unicidade que ainda se reflete nos dias atuais.

Dadas as particularidades de ambos os lados, seria surpreendente se a interação entre Israel e os Estados Unidos não assumisse um caráter especial também. Com essa consideração em mente, este artigo procura avaliar brevemente o desenvolvimento da relação entre estes dois Estados e, em seguida, dedica atenção à dimensão nacional americana do relacionamento, e se no primeiro governo de Barack Obama houve de fato um desengajamento por parte dos Estados Unidos na relação.

Ao proceder com essa avaliação, estamos procurando abordar os fundamentos mais duráveis e de longo prazo dessa interação bilateral e não o fluxo de eventos diários, nem as

ações específicas e políticas de indivíduos, como Benjamin Netanyahu e Barack Obama, ou os demais decisores políticos americanos individuais. Esta investigação sugere que a relação global entre os Estados Unidos e Israel tenha sido moldada pela interação de muitos fatores, mas em última análise, tem havido preocupações de longo prazo que têm sido mais importantes, incluindo considerações estratégicas, o interesse nacional americano, fatores econômicos, em maior medida as preocupações estritamente políticas.

2- OS ESTÁGIOS INICIAIS DO RELACIONAMENTO BILATERAL

Em contraste com algumas análises encontradas sobre as relações entre Estados Unidos e Israel, Israel está longe de ter sido estabelecido com o propósito de servir como um posto dos Estados Unidos no Oriente Médio, ou até mesmo de representar os valores ocidentais na região. Inicialmente, as potências permaneceram, em grande parte, indiferentes à criação deste Estado, inclusive.

A posição da Grã-Bretanha, em particular, vendo seu poder colonial diminuir, foi amplamente descrita. Além disso, ambos os governos conservadores e trabalhistas em Londres se opuseram a tais políticas. Nos anos antes da criação de Israel, várias políticas denotaram esta oposição à criação do Estado de Israel incluindo a declaração política britânica adversária a partilha da Palestina (1938); o Livro Branco de maio de 1939, limitando a imigração judaica para um total de não mais do que 75 mil pessoal ao longo dos cinco anos subsequentes, a disposição antagonista do pós-guerra do Governo trabalhista 1945-1948, e a antipatia particular do Ministro dos Negócios Estrangeiros Ernest Bevin e o Ministério das Relações Exteriores, em não só continuar a se opor a criação de um Estado judeu (LIEBER, 1998).

Em relação aos Estados Unidos, a administração Truman estava profundamente ambivalente no período, embora o apoio americano fosse considerado vital para o processo em curso. Por um lado, já em junho de 1945, o presidente Truman aprovou uma proposta recomendando que cem mil refugiados judeus europeus deveriam ser admitidos imediatamente a Palestina. Ele comunicou isso ao governo britânico, que permaneceu bastante disposto a implementar a proposta. Em última análise, o apoio do presidente Truman em relação a repartição da Palestina e o reconhecimento de Israel veio no último minuto e contra os conselhos e desejos dos Departamentos de Estado e da Defesa (SPIEGEL, 1985).

Apesar destas dimensões subjacentes, muitas das quais foram calorosamente invocadas durante as celebrações do quinquagésimo aniversário de Israel o desenvolvimento da conexão americana-israelense foi de longe uma constante progressão de estreita colaboração ou relações vassalas. De fato, num primeiro momento o relacionamento era muito complicado, e Washington foi lento para fornecer assistência militar ou ajuda econômica. Crises no relacionamento foram marcadas em 1953 e especialmente em 1956-1957, durante a crise de Suez¹, quando a administração do presidente Eisenhower e o secretário de Estado John Foster Dulles aplicou uma grande pressão sobre Israel a retirar-se da península do Sinai, que as suas tropas tinham tomado do Egito, em outubro de 1956 (SPIEGEL, 1985).

Nenhum auxílio suplementar estrangeiro significativo foi concretizado até que o fornecimento de 86 milhões de dólares em 1952 foi efetuado pelos Estados Unidos. Durante a década de 1950 e meados da década de 1960, os níveis de ajuda permaneceram bastante baixos. Durante a Guerra dos Seis Dias em 1967, a ajuda anual prevista para Israel foi somada em apenas 13 milhões de dólares. No entanto, na sequência da Guerra dos Seis Dias começou a aumentar acentuadamente, com os Estados Unidos fornecendo 76 milhões de dólares em 1968 e 600 milhões de dólares em 1971² (LIEBER, 1998).

3- A CRIAÇÃO DE UM “RELACIONAMENTO ESPECIAL”

Em primeiro lugar, para Israel, a relação especial inicialmente se deu muito mais com a França do que nos Estados Unidos, e foi impulsionado em grande parte pelo sentido de compartilhar um inimigo comum, Gamel Abdel Nasser³. Os franceses viam o presidente egípcio como o advogado-chave do nacionalismo árabe e partidário dos rebeldes argelinos de 1954 em diante. Para Israel, Nasser era considerado como o mais formidável de seus adversários árabes. Assim a França se tornou uma fonte importante de armas e de tecnologia nuclear. Em última análise, Israel enfrentou a guerra de 1967 com mais armamentos franceses

¹ A Crise de Suez teve início em 29 de outubro de 1956, quando Israel, com o apoio da França e Reino Unido, que utilizavam o canal para ter acesso ao comércio oriental, declarou guerra ao Egito. O presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser havia nacionalizado o canal de Suez, cujo controle ainda pertencia à Inglaterra. Em consequência, o porto israelense de Eilat ficaria bloqueado, assim como o acesso de Israel ao mar Vermelho, através do estreito de Tiran, no golfo de Aqaba.

² No final da década de 1970, Israel se tornou o maior receptor de Foreign Aid dos Estados Unidos, chegando a três bilhões de dólares por ano em 1985.

³ Militar e político egípcio, presidente do Egito de 1954 até sua morte.

do que estadunidenses. Por que, então, a mudança ocorreu? Ben-Zvi (1997) demonstra que houve uma mudança sutil, mas profunda na política americana em relação a Israel e não começou como é comumente creditado por historiadores e analistas, em 1962, com a decisão da administração Kennedy em vender mísseis antiaéreos para Israel, mas no início do segundo governo Eisenhower. Esta mudança na política ocorreu não por causa da política norte-americana no mercado interno, mas principalmente por causa de fatores estratégicos no Oriente Médio e um reconhecimento de que Israel poderia ser um ativo estratégico para os Estados Unidos, em vez de um fardo.

Por muito tempo se afirmou que a decisão de 1962 da venda de armas e a mudança na política em relação a Israel foi impulsionada pela política interna. Este ponto de vista sustenta que a administração do partido Democrata, começando com Truman, e especialmente com Kennedy e Johnson, estavam determinados a garantir o voto judeu em certos estados-chave, entre eles, Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Illinois, Flórida e Califórnia.

Em vez disso, Ben-Zvi (1997) demonstra que a mudança de política, na verdade, começou sob a administração Eisenhower, com um reconhecimento gradual de mudanças na região e, especialmente, após as crises de julho de 1958 no Líbano, Iraque e Jordânia. Durante esse tempo, o governo pró-ocidental do Iraque foi derrubado. A monarquia Hachemita do rei Hussein da Jordânia parecia ameaçada, e a situação política no Líbano parecia ser tão instável que a administração Eisenhower enviou fuzileiros navais dos Estados Unidos a Beirute (LIEBER, 1998).

Durante este período de instabilidade grave, e em particular no caso da Jordânia, Israel mostrou-se ser o único poder firmemente pró-Occidente na região. Ben-Zvi (1997) cita uma carta de agosto de 1958 muito explícita do secretário de Estado John Foster Dulles ao primeiro-ministro israelense, David Ben-Gurion, atestando a este reconhecimento:

O cerne da questão... é a necessidade urgente de reforçar os baluartes da ordem e da justiça internacional contra as forças da ilegalidade e destruição que atualmente estão ocorrendo no Oriente Médio. Temos sido felizes que as ações de Israel em relação a este fim, como ilustrado pela sua aquiescência profundamente apreciada no uso de Espaço aéreo de Israel pelos Estados Unidos e Reino Unido em sua missão de apoio a Jordânia... Acreditamos que Israel deve estar em uma posição para impedir uma tentativa de agressão por forças indígenas, e são preparados para examinar as implicações militares desse problema com uma mente aberta... A situação crítica no Oriente Médio hoje dá Israel múltiplas oportunidades de contribuir, através dos seus recursos de força espiritual e determinação de propósito, para uma ordem internacional estável (DULLES apud BEN-ZVI, 1997, p. 76).

Antes da crise no Iraque, Jordânia e Líbano, as reivindicações de Israel a um legado religioso compartilhado não tinham sido suficientes por si só para estimular uma política

americana mais favorável. Em vez disso, foi somente após a administração Eisenhower que começaram a reconhecer a dimensão estratégica e a apreciar como outros governos pró-ocidentais na região eram, que passou a adotar uma política mais explicitamente cooperativa em direção a Israel.

Em outro estudo, de Kenneth Organski (1990), as conclusões foram consistentes com as de Ben-Zvi (1997) sobre a base para a política americana em relação a Israel como última instância derivado mais em razões de política externa do que na política interna. Na análise de Organski (1990) as decisões de política dos EUA com relação a Israel, em sua maioria, foram feitas por presidentes e decisores da política externa, tanto por si próprios e por razões inteiramente suas.

Enquanto a mudança para uma relação estratégica Estados Unidos - Israel teve suas origens, já em 1958, os Estados Unidos assumiram inicialmente apenas passos modestos e hesitantes. O relacionamento foi expandido de forma lenta e, em seguida, aprofundou-se depois da Guerra dos Seis Dias de 1967⁴ e especialmente após a Guerra do Yom Kipur⁵ de 1973 e o Tratado de Paz Egípcio-Israelense de 1979. Como prova disso, um estudo recente mostrou que enquanto a ajuda externa americana para Israel ascenderam a 3,2 bilhões de dólares entre os anos de 1949-1973, ela cresceu para um total de 75 bilhões no o período de 1974 a 1997 (LIEBER, 1998).

4- A ERA DO DESENGAJAMENTO? A “RELAÇÃO ESPECIAL” AO LONGO DO PRIMEIRO GOVERNO OBAMA

Uma vez caracterizada a relação entre Estados Unidos e Israel do ponto de vista de seu surgimento e posterior desenvolvimento, pode-se então passar para o estágio posterior deste artigo, no qual buscar-se-á empreender uma reflexão sobre os rumos atuais da interação bilateral.

Para cumprir com o objetivo de analisar relação entre Estados Unidos e Israel ao longo do primeiro mandato do governo Obama (2009 e 2012) e a fim de falsear a hipótese de que,

⁴ A Guerra dos Seis Dias foi um conflito armado que opôs Israel a uma frente de países árabes - Egito, Jordânia e Síria, apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. O crescimento das tensões entre os países árabes e Israel, em meados de 1967, levou ambos os lados a mobilizarem as suas tropas.

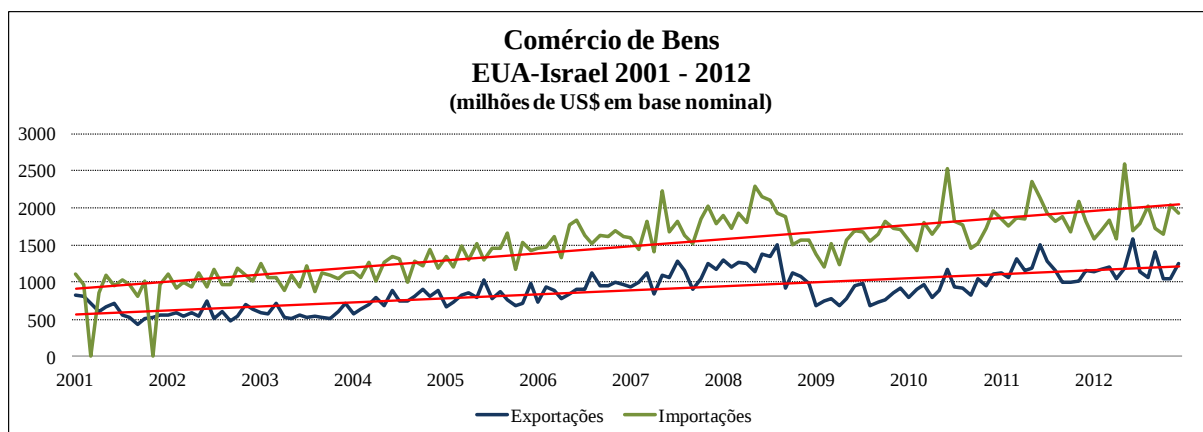
⁵ Guerra do Yom Kipur, também conhecida como Guerra Árabe-Israelense de 1973, foi um conflito militar ocorrido de 6 de Outubro a 26 de Outubro de 1973, entre uma coalizão de estados árabes liderados por Egito e Síria contra Israel. O episódio começou com um ataque inesperado do Egito e Síria.

em comparação com o momento histórico anterior (governo Bush), houve um desengajamento relativo por parte dos EUA para com Israel, serão levados em consideração seis principais aspectos do relacionamento bilateral, a saber: a) visitas realizadas pelo presidente norte-americano no período; b) fluxo de comércio (bens e serviços); c) remessas de investimento estrangeiro direto; d) remessas de *foreign AID*; e) os discursos anuais do *State of the Union*; e f) a *National Security Strategy* do período. Estes são aqui considerados indicadores suficientes para ao menos sinalizar os principais movimentos do relacionamento entre os dois países, contemplando as diversas dimensões temáticas da política externa dos EUA, de comércio e investimento à segurança.

Já na primeira dimensão, das visitas presidenciais realizadas a Israel, é necessário que o pesquisador mantenha um olhar atento para evitar impressões marcaradas. Desde que chegou ao poder, Obama visitou Israel apenas uma vez e já durante o seu segundo mandato, entre 20 e 22 de março de 2013. Na oportunidade encontrou-se com o Presidente Shimon Peres e com o Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu. Ele visitou o *Shire of the Book* e o *Yad Vashem*, além de ter discursado para estudantes, na ocasião (STATE DEPARTMENT, 2015).

Apesar disso, quando se analisa o período imediatamente anterior, verifica-se que esta foi a mesma prática adotada pelo governo de Bush Jr. O republicado também esteve em Israel por uma vez e apenas em fins de seu segundo mandato, quando as eleições presidenciais para escolha de seu sucessor já encontravam-se em pleno curso. O encontro teve lugar em janeiro de 2008, quando esteve por dois dias em Tel Aviv e cumpriu programação muito semelhante à de Obama. A única diferença encontrada é que, meses depois deste encontro, Bush retornou ao país por mais dois dias a fim de participar das festividades relacionadas ao aniversário de 60 anos de criação do Estado de Israel, o que revela pouco sobre o interesse e comprometimento dos EUA na interação com o país, já que por se tratar de uma data comemorativa de um aliado histórico, ela dificilmente seria ignorada por qualquer presidente em exercício. Na visita feita por Obama, além da passagem por territórios palestinos e discussão do conflito em questão, também Síria e Irã estiveram no cerne da agenda (STATE DEPARTMENT, 2015).

Quando se trata da análise de fluxo de comércio (de bens e serviços), nota-se que tanto em valores nominais, quanto em relação ao PIB não há redução significativa dos montantes negociados entre os países no período. Em termos nominais, inclusive, a linha de tendência mostra aumento de fluxos de importação e exportação de bens ao longo do governo Obama, por exemplo. Isto pode ser visto no gráfico apresentando a seguir.

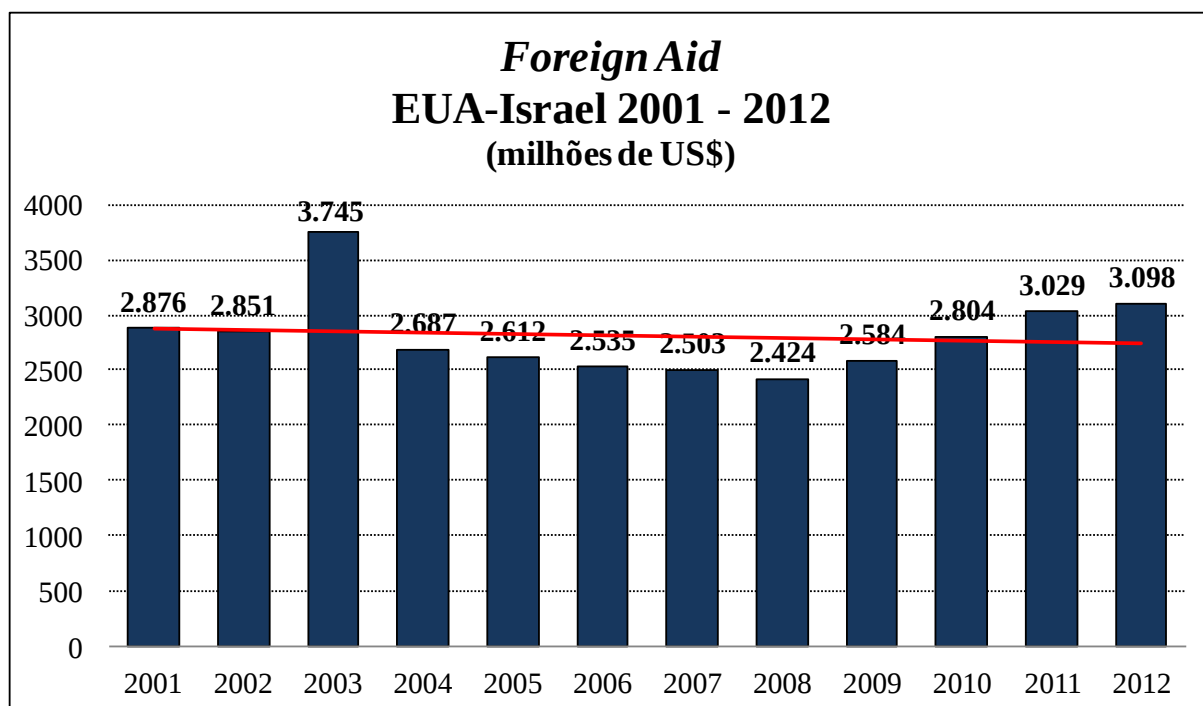


Detalhando ainda mais estes dados, é possível observar que, em 2012, último ano da primeira gestão de Obama, o fluxo de bens e serviços com Israel totalizaram 45 bilhões de dólares: 18 destes advindos de processo de exportação e 27 de importação, o que fez de Israel o vigésimo quinto maior parceiro dos Estados Unidos no comércio de bens. Em termos de serviços, o fluxo (exportação e importação somados) totalizaram 9,3 bilhões de dólares. Em 2013 as exportações de bens para Israel já eram 99% maiores do que em 2002 e 526% maiores do que em 1984, quando ainda não havia o Acordo de Livre Comércio entre os países. As importações, por sua vez, aumentaram 78% de 2003 a 2012 e 1195% em relação a 1984 (USTR, 2014).

Quando se trata do setor de investimentos é possível notar também o incremento em relação aos padrões anteriores. De 2011 para 2012 houve um aumento de 10,1% no volume de investimento estrangeiro direto saído dos EUA com destino a Israel. Esse volume esteve concentrado, sobretudo no setor de manufatura (USTR, 2014).

Além disso, segundo os registros do governo, os EUA continuaram a investir na Fundação BIRD, uma parceria existente com o setor privado a fim de expandir as indústrias de alta tecnologia dos países: “desde sua fundação, em 1977, 295 milhões dólares americanos em doações foram atribuído a 800 parcerias gerando mais de US\$ 10 bilhões em vendas de produtos” (WHITE HOUSE, 2015).

O mesmo movimento ocorre também quando se observam as remessas de ajuda externa, aqui chamadas de *foreign aid*. O gráfico abaixo detalha esta tendência.



Nota-se que durante o governo Bush a média de ajuda externa enviada dos EUA para Israel era de 2649,75 milhões de dólares por ano, enquanto durante o primeiro governo Obama esse valor foi de 2916,50 milhões de dólares por ano (JEWISH VIRTUAL LIBRARY, 2015). Quando se trata de doações relacionadas ao programa de defesa com mísseis, por exemplo, os números igualmente chamam a atenção por seu incremento progressivo, conforme indica a tabela abaixo:

(Current \$ in millions)

Fiscal Year	Arrow II	Arrow III (High Altitude)	David's Sling (Short-Range)	Iron Dome	Total
FY2006	122.866	—	10.0	—	132.866
FY2007	117.494	—	20.4	—	137.894
FY2008	98.572	20.0	37.0	—	155.572
FY2009	74.342	30.0	72.895	—	177.237
FY2010	72.306	50.036	80.092	—	202.434
FY2011	66.427	58.966	84.722	205.0	415.115
FY2012	58.955	66.220	110.525	70.0 ^a	305.700

Fonte: SHARP, 2015.

Israel permanece sendo o país que mais recebeu financiamento militar por parte dos Estados Unidos nas últimas décadas, tendo recebido, desde 2009, 20,5 bilhões de dólares, isso

sem considerar ajudas específicas no ramo das chamadas “Iron Domes” e em exercícios militares conjuntos (WHITE HOUSE, 2015). Neste mesmo sentido, cabe lembrar que

Nos últimos 6 anos, a ajuda humanitária dos EUA aos refugiados e migrantes que viajam para Israel totalizaram US\$ 140 milhões. Este financiamento é usado para ajudar os imigrantes em abrigo transitório, os programas intensivos de língua hebraica, os imigrantes recém-chegados ou programação juventude em Israel. Desde a fundação de Israel, os EUA forneceram a Israel mais de US\$ 120 bilhões em ajuda bilateral (WHITE HOUSE, 2015).

Do ponto de vista discursivo, por sua vez, é possível notar que Israel permaneceu sendo mencionado nas principais esferas preservadas pelo governo dos Estados Unidos. Dos quatro discursos do *State of the Union* feitos por Obama, considerados a mais importante prestação de contas do Executivo para com o Legislativo, Israel foi mencionado em duas ocasiões. Em 2009, o presidente recém-eleito disse que se comprometeria a ajudar Israel na construção da paz com os vizinhos. Anos depois, em 2012, fez outra importante menção ao dizer a seguinte frase: “Our ironclad commitment - and I mean ironclad - to Israel's security has meant the closest military cooperation between our two countries in history” (PRESIDENCY UCSB, 2015).

Na *National Security Strategy*, por sua vez, o principal documento que define as estratégias de um governo norte-americano em política externa, Israel apareceu por diversas vezes na versão apresentada pelo governo Obama, em 2010, sendo referenciado sempre tratado como um Estado amigo. Alguns trechos interessantes seguem abaixo:

“We will be unwavering in our pursuit of a comprehensive peace between Israel and its neighbors, including a two-state solution that ensures Israel's security, while fulfilling the Palestinian peoples' legitimate aspirations for a viable state of their own” (WHITE HOUSE, 2010).

“The United States has important interests in the greater Middle East. They include broad cooperation on a wide range of issues with our close friend, Israel, and an unshakable commitment to its security; the achievement of the Palestinian people's legitimate aspirations for statehood, opportunity, and the realization of their extraordinary potential; the unity and security of Iraq and the fostering of its democracy and reintegration into the region” (WHITE HOUSE, 2010).

“Furthermore, our relationship with our Israeli and Arab friends and partners in the region extends beyond our commitment to its security and includes the continued ties we share in areas such as trade, exchanges, and cooperation on a broad range of issues” (WHITE HOUSE, 2010).

“The United States seeks two states living side by side in peace and security—a Jewish state of Israel, with true security, acceptance, and rights for all Israelis; and a viable, independent Palestine with contiguous territory that ends the occupation that began in 1967 and realizes the potential of the Palestinian people” (WHITE HOUSE, 2010).

“We have an array of enduring interests, longstanding commitments and new opportunities for broadening and deepening relationships in the greater Middle East.

This includes maintaining a strong partnership with Israel while supporting Israel's lasting integration into the region" (WHITE HOUSE, 2010).

Como visto, neste documento, embora o governo Obama demonstre apoio aos palestinos e comprometimento com a opção de se criarem dois Estados, fica claro o interesse em auxiliar Israel no processo de construção da paz com seus vizinhos e menciona a segurança do Estado israelense como uma prioridade para o governo norte-americano.

Muito embora não seja objeto direto do período estudado, cabe mencionar aqui que, em 2014, os Estados Unidos se opuseram a 18 resoluções no âmbito da Assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), por considerar que eram "tendenciosas contra Israel". Neste mesmo período, em cinco diferentes ocasiões, votaram "não" para medidas anti-Israel consideradas abusivas em reuniões do Conselho de Direitos Humanos da ONU (WHITE HOUSE, 2015).

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a política externa estadunidense para Israel no primeiro governo Barack Obama (2009-2012) foi possível notar que, com base nos critérios aqui levantados, não houve rupturas significativas em relação ao padrão histórico recente de relacionamento entre os dois países. Deste modo, a hipótese inicialmente aventada, que apontaria para o progressivo desengajamento dos Estados Unidos para com Israel foi negada.

Com base na investigação empreendida, sugere-se que a impressão de desengajamento pode aparecer mais como um instrumento político/ideológico/retórico usado pela oposição conservadora dentro dos Estados Unidos e pelo próprio governo israelense para criticar a posição do governo Obama em questões pontuais (como a relação com a Palestina ou o Irã) do que uma prática concreta que parta do discurso ou da ação empírica do governo estadunidense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. **U.S. Foreign Aid to Israel: Total Aid**. Disponível em <https://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/US-Israel/U.S._Assistance_to_Israel1.html>. Acesso em 15/05/2015.

LIEBER, Robert J. **U.S – Israel Relations Since 1948**. Middle East Review of International Affairs Vol. 2, No. 3. September 1998.

ORGANSKY, Kenneth. **The \$36 Billion Bargain: Strategy and Politics in U.S. Assistance to Israel**. New York: Columbia University Press, 1990.

PRESIDENCY UCSB. American Presidency Project. **State of the Union Speeches**. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/sou.php>>. Acesso em 28/05/2015.

SHARP, Jeremy M. **U.S. Foreign Aid to Israel**. Congressional Research Service, 2015. Disponível em <<http://fas.org:8080/sgp/crs/mideast/RL33222.pdf>>. Acesso em 20/05/2015.

SPIEGEL, Steven L. **The Other Arab-Israeli Conflict: Making America's Middle East Policy, From Truman to Reagan**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

STATE DEPARTMENT. **Travels of the President**. Disponível em: <<http://history.state.gov/departmenthistory/travels/president/>>. Acesso em 12/05/2015.

USTR. **Israel**. Disponível em: <<https://ustr.gov/countries-regions/europe-middle-east/middle-east/north-africa/israel>>. Acesso em 15/05/2015.

WHITE HOUSE. **National Security Strategy**, 2010. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em 29/05/2015.

WHITE HOUSE. 5 Things You Need to Know About the U.S.-Israel Relationship Under President Obama. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/blog/2015/03/01/5-things-you-need-know-about-us-israel-relationship-under-president-obama>>. Acesso em 01/06/2015.

ZVI, Ben. Geopolitics, Local Politics and America's Role in the Middle East Peace Process. XVIIth World Congress International Political Science Association, Seoul, Korea. 17-21 August 1997.